



SEÇÃO: ARTIGO

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES EM FOCO

*STUDENT ASSISTANCE AT BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES: FOCUS ON STUDENT
ENGAGEMENT***Cynthia Castiel Menda¹**orcid.org/0000-0002-1642-7979
cynthiamenda@furg.br**Jade Calage Melo²**orcid.org/0009-0007-7822-9058
jadecalage@hotmail.com**Larissa Taís Seibt²**orcid.org/0000-0002-1148-0391
larissa.seibt@hotmail.com**Christian Haag****Kristensen²**orcid.org/0000-0002-8273-2146
christian.kristensen@pucrs.br**Recebido em:** 30 jan. 2024.**Aprovado em:** 18 abr. 2024.**Publicado em:** 11 jul. 2024.

Resumo: A assistência estudantil é uma área específica de atendimento à vida acadêmica dos universitários, tendo vários campos de atuação – o que inclui a saúde mental. O artigo apresentado parte da experiência de um projeto pioneiro de curso de capacitação em intervenção em crise na área de saúde mental para profissionais (assistentes sociais, pedagogas[os] e psicólogas[os]) que atuam na assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. No final do curso foi solicitado aos participantes que realizassem um plano de ação em grupo, com um ou mais conteúdos desenvolvidos durante os encontros. O objetivo geral deste estudo é identificar as temáticas eleitas pelos participantes do curso para uma proposta de ação na assistência estudantil. Os instrumentos utilizados foram os 12 projetos recebidos na plataforma do curso, construídos por profissionais de diferentes universidades, com a temática da permanência dos estudantes universitários. A análise de dados utilizou a metodologia qualitativa de codificação de Saldaña (2013), encontrando a seguinte categoria principal: “Ações de promoção em saúde mental”. Os resultados apontam que todos os planos têm o compromisso e a preocupação com a temática da saúde mental e com o envolvimento da maior parte da comunidade acadêmica possível em cada atividade, incluindo a própria equipe de assistência estudantil, ampliando as possibilidades de enfrentamento dessas questões no contexto universitário. Entendemos como crucial a criação de políticas públicas de formação continuada aos servidores da assistência estudantil em suas atividades cotidianas, como é o caso do atendimento à saúde mental e às situações de crise dos estudantes universitários.

Palavras-chaves: assistência estudantil; equipe multiprofissional; serviços de saúde universitários; capacitação profissional.

Abstract: Student assistance is a specific area of assistance to the academic life of university students, with several fields of action, including mental health. The article presented is based on the experience of a pioneering project of a training course in crisis intervention in mental health for professionals who work in student assistance at Brazilian federal universities. At the end of the course, participants carried out a group action plan, with one or more contents developed during the meetings. The general objective of this study is to identify the themes chosen by the course participants for a proposal for action in student assistance. The instruments used were the 12 projects received on the course platform, built by professionals from different universities, with the theme being the permanence of university students. Data analysis used Saldaña's (2013) qualitative coding methodology. The results indicate that all plans are committed and concerned with the issue of mental health and with the involvement of the largest possible part of the academic community in each activity, including the student assistance team itself, expanding the possibilities of facing these issues in the context university. We understand how crucial it is to create public policies for continuing education for student assistance workers in their daily activities, as is the case with mental health care and crisis situations for university students.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre/RS, Brasil, e Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande/RS, Brasil.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre/RS, Brasil.

Keywords: student assistance; multidisciplinary team; student health services; professional training.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES EM FOCO

Este artigo surgiu a partir dos planos de ação construídos em grupo, como atividade final, no curso "Intervenção em saúde mental: capacitação para profissionais da assistência estudantil", ministrado entre os meses de julho e setembro de 2022 para assistentes sociais, pedagogas(os) e psicólogas(os) que trabalham em universidades federais. O estudo empírico foi sugerido ao perceber a riqueza das construções coletivas propostas como atividades para a comunidade acadêmica e a importância da divulgação científica. O objetivo geral deste estudo é identificar as temáticas eleitas pelos participantes para uma proposta de ação na assistência estudantil, e os objetivos específicos foram: verificar as demandas consideradas de relevância trabalhadas no curso e construir as teorias deste grupo em relação aos projetos de ação propostos. Os planos de ação se dividiram em duas temáticas: permanência do estudante universitário e formação continuada para servidores. Pela riqueza dos materiais e complexidade dos temas, optamos neste artigo por trabalhar a questão da permanência.

1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA

A assistência estudantil surgiu no Brasil na década de 1930 com programas voltados para a moradia estudantil e alimentação. Mais de 70 anos depois, após alguns anos de estagnação em iniciativas voltadas para esse meio, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no ano de 2007 (Brasil, 2007), com foco em estudantes de primeira graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) federais de cursos presenciais. Com isso, em 2008, visando às estratégias de permanência dos estudantes nos cursos de graduação, iniciou-se a imple-

mentação de novas ações, o que se efetivou na articulação entre atividades de extensão, pesquisa e ensino (Imperatori, 2017). Nesse período, surgiu o decreto (Brasil, 2010) que estabeleceu as normas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visava atender, a partir de ações, as demandas de alimentação, moradia estudantil, transporte, inclusão digital, atenção à saúde, cultura, apoio pedagógico, esporte, creche, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Os primeiros profissionais concursados para a assistência estudantil foram os assistentes sociais, objetivando o controle da distribuição das verbas públicas das políticas de acesso ao ensino superior dos estudantes mais vulneráveis economicamente e, em seguida, para o estudo social da política de cotas. Porém, na sequência, houve a constatação de que somente o acesso não garantia a permanência do estudante, pois as instituições não estavam preparadas para enfrentar os desníveis sociais de seus alunos e necessitavam estimular uma formação geral mais ampla (Silveira, 2012). Neste contexto, algumas universidades ampliaram suas equipes e realizaram concursos para pedagogos(as) e/ou psicólogos(as) técnico-administrativos(as) em educação para atender às demais demandas estabelecidas pelo PNAES na promoção da permanência (Silveira, 2012).

Atualmente existem algumas ações voltadas para o acesso (Exame Nacional do Ensino Médio [ENEM] e Sistema de Seleção Unificada [SISU]) e, principalmente, a permanência dos estudantes nas universidades federais, sendo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) os mais recentes do ponto de vista do governo federal (Costa, 2009). Houve tentativas de transformar o PNAES em lei desde 2010, porém, sem sucesso. O fato de permanecer como programa o torna instável no sentido de política pública consolidada, porque pode ser revogado a qualquer momento. Porém, este é o único documento legal

que norteia as ações da assistência estudantil e é utilizado por todas as universidades federais (Santos, 2020).

As políticas de assistência estudantil visam garantir condições e oportunidade para a permanência e a conclusão por parte dos estudantes de seus cursos, e os programas institucionais são desenvolvidos para essa finalidade (Costa, 2009). Por consequência, ao se tratar da permanência no ensino superior, obtém-se também modos de lidar com o que concerne à retenção, à evasão, à ampliação de taxas de conclusão e à própria experiência universitária, incluindo a interação alunos-instituição (Prado, 2022).

A permanência envolve fatores que relacionam o ambiente, a percepção e a interação do aluno com a instituição. Questões relativas ao sentimento de autoeficácia (o aluno precisa acreditar que pode ter sucesso em seus estudos), sentimento de pertencimento (precisa se ver como membro de uma comunidade de outros estudantes, funcionários e professores que valorizam a sua filiação), e a construção do currículo (importância de perceber o valor do que está sendo solicitado a aprender) são fatores fundamentais para a permanência na universidade (Tinto, 2017).

Normalmente aparecem mais problemas de ajustamento/adaptação no decorrer do primeiro ano da universidade, o que causa, com frequência, o abandono acadêmico. A transição que ocorre do ensino básico para o ensino superior é bastante exigente. Além das questões acadêmicas, ainda há outros desafios na questão social, frente ao sentimento de afiliação, aos relacionamentos interpessoais, com colegas, professores e a família; no quesito pessoal, no desenvolvimento de uma identidade, na autoestima e no autoconhecimento; e na questão vocacional, com essa descoberta e preparação para o meio profissional (Almeida; Soares, 2004; Coulon, 2017; Tinto, 1975). Com isso, o apoio estudantil não condiz mais apenas com a atuação e a intervenção junto de alunos que apresentam eventuais déficits, mas sim necessitando agir em diferentes contextos, intentando promover um ambiente com maior aprendizagem, adaptação

e desenvolvimento dos universitários (Almeida; Soares, 2004).

Há muitos desafios na promoção de condições para que haja a permanência por parte das instituições, principalmente, considerando o fato de que muitos estudantes conciliam a vida acadêmica com o trabalho, o que torna mais restrita a sua interação com a instituição, por vezes ocorrendo apenas na sala de aula (Prado, 2022); além de outras dificuldades que aparecem na questão de evasão e permanência, como os problemas de saúde mental cada vez mais presentes no cotidiano universitário (FONAPRACE, 2019; Leão *et al.*, 2018). Por conta deste cenário, demonstram-se necessários o planejamento e a implementação de projetos de intervenção na assistência estudantil para a promoção desta permanência. Ações individuais e coletivas de acolhimento, grupos, oficinas e cursos, tutoriais com outros estudantes e ações de integração dos estudantes são algumas possibilidades apontadas no auxílio à permanência (Dias; Toti, 2020). Para o desenvolvimento dessas ações, é primordial uma formação continuada que atualize os profissionais da assistência estudantil em relação às demandas cotidianas de trabalho.

2 MÉTODO

2.1 Participantes

Participaram deste estudo 38 profissionais (assistentes sociais, pedagogos(as) e psicólogos(as)) que construíram 12 planos de ação desenvolvidos após o término do curso "Intervenção em saúde mental: capacitação para profissionais de assistência estudantil universitária". Foram entregues 28 planos, sendo descartados aqueles que não seguiram a orientação de serem realizados em grupo, por motivos pessoais. Todos os planos foram voltados para ações práticas no contexto acadêmico das universidades federais, na área de saúde mental.

O curso contou com a participação de 67 profissionais que realizaram todas as etapas solicitadas para a conclusão, inclusive a entrega do plano de ação. Destes 67 profissionais,

10 realizaram o plano de ação individualmente e, por isso, não participaram deste estudo. De forma geral, tivemos a presença de 34,3% de assistentes sociais, 9% de pedagogas(os) e 56,7% de psicólogas(os), das Regiões Sul (25,4%), Sudeste (19,4%), Centro-Oeste (6%), Norte (13,4%) e Nordeste (35,8%). Todos os servidores trabalham há pelo menos um ano na assistência estudantil e têm formação em nível de pós-graduação com, no mínimo, especialização.

2.2 Procedimentos de coleta de dados e instrumento

O curso "Intervenção em saúde mental: capacitação para profissionais de assistência estudantil universitária" teve a presença de 100 profissionais (assistentes sociais, pedagogas[os] e psicólogas[os]), duração de 40h/aula com temas ligados ao atendimento dos estudantes universitários na assistência estudantil, com ênfase na intervenção em crise. Como tarefa final, foi solicitada a elaboração de um projeto de ação em grupo com uma ou mais temáticas desenvolvidas durante o curso. O objetivo desta tarefa foi possibilitar a reflexão e a troca de experiências de diferentes profissionais e realidades, e planejar alguma ação possível de ser colocada em prática, atendendo às demandas específicas de cada grupo. O curso foi organizado em três eixos temáticos: **(I) Introdução:** aula inaugural, relato da pesquisa sobre as equipes da assistência estudantil, contexto da assistência estudantil atual: equipes, ações preventivas, acolhimento e encaminhamento, aula de fechamento do módulo; **(II) Temas transversais:** abuso de substâncias, surto psicótico, automutilação e suicídio, luto, Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), violência e gênero, comunicação de más notícias e aula de fechamento do módulo; e **(III) Intervenções em crise na universidade:** conceituação, protocolos – Primeiros Socorros Psicológicos e outros, intervenções em diferentes contextos, aula de fechamento do módulo e avaliação oral do curso.

O modelo de plano de ação proposto para a tarefa foi uma simplificação do modelo institucional utilizado em algumas universidades federais,

disponibilizado na plataforma do curso com as devidas instruções de preenchimento. Nesse modelo são solicitados: nome dos autores e unidades acadêmicas, título do projeto, resumo, objetivos geral e específicos, justificativa, equipe executora (podendo incluir outros profissionais que não participaram do curso), cronograma e plano de aplicação.

2.3 Aspectos éticos

Os participantes tiveram acesso e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ao preencher os dados para a inscrição no curso, que incluía a atividade final nos seus termos. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade executora da pesquisa e aprovado na Plataforma Brasil sob o número de Parecer 4.509.796.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise qualitativa dos planos de ação ocorreu a partir do método de codificação de Saldaña (2013). No método escolhido, utilizamos dois ciclos de análise a partir da escolha de códigos e das frequências encontradas. Segundo Saldaña (2013), os métodos do primeiro ciclo acontecem durante a codificação inicial dos dados, em que são escolhidos os códigos que serão utilizados pelos pesquisadores. É importante destacar que a escolha dos códigos, assim como todas as questões de pesquisa, metodologias, estruturas conceituais e parâmetros de trabalho de campo são específicos do contexto e do objetivo da pesquisa. Além disso, a escolha de codificar ou não depende do valor individual, das atitudes e dos sistemas de crença do próprio pesquisador. De forma geral, a maioria dos métodos do primeiro ciclo é bastante simples e direta; consiste em encontrar palavras que correspondam aos códigos, agregar os termos com o mesmo significado e contar a frequência destes. Já os métodos do segundo ciclo são um pouco mais desafiadores e requerem habilidades analíticas como classificar, priorizar, integrar, sintetizar, abstrair, conceituar e construir teorias (Saldaña, 2013). Importante ressaltar que no primeiro ciclo

existe a possibilidade de trabalhar com mais de 20 códigos diferentes, e no segundo ciclo temos 4 opções de tipos de análise. A maleabilidade do método é amplo, pois pode variar conforme os fatores contextuais, dependendo da natureza dos dados e o quão detalhada se deseja ou necessita ser a análise (Saldaña, 2013).

Estabelecemos trabalhar com o título, o resumo, os objetivos e a justificativa de todos os instrumentos (planos de ação). Descartamos a metodologia, por acreditar que seu conteúdo exigia outro olhar e aporte teórico que não se aplicariam neste momento ao propósito deste estudo, ficando para análises posteriores. Igualmente, foram descartadas as informações de equipe executora, cronograma e plano de aplicação porque esses dados eram apenas uma simulação e não correspondiam ao interesse do grupo pesquisador, que era identificar quais foram as temáticas eleitas pelos participantes e consideradas aplicáveis na sua rotina de trabalho.

A primeira análise, realizada com a leitura repetida e cuidadosa dos 18 projetos, teve o objetivo de estabelecer se havia temas recorrentes que poderiam ser agrupados. Identificamos duas temáticas desenvolvidas nos projetos: permanência dos estudantes universitários e formação continuada dos servidores. Tivemos 12 projetos ligados à permanência e 6 projetos em formação continuada. Todas as análises posteriores foram realizadas da mesma forma, porém com os dois grupos em separado. Após o término da análise, optamos por realizar este artigo com a temática de permanência dos estudantes universitários, tendo em vista que era o dobro de projetos em relação aos de formação; os resultados encon-

trados a partir do método exigiram um aprofundamento teórico maior e a possibilidade de estes projetos, ao serem publicados, auxiliarem outras instituições a trabalharem as questões de saúde mental com seu público-alvo.

No primeiro ciclo da análise, fizemos o levantamento por dois membros da equipe de pesquisa, a partir dos seguintes códigos: *process*, *descriptive*, *emotion* e *magnitude* (Saldaña, 2013). O código *process* refere-se a palavras que denotam atividades observáveis simples e ações conceituais mais gerais. O código *descriptive* pode ser resumido como um substantivo, ou seja, o tópico básico de uma passagem de dados qualitativos, a substância da mensagem. O código *emotion* basicamente rotula as emoções lembradas e/ou experimentadas pelo participante, ou inferidas pelo pesquisador sobre o participante. Por fim, o código *magnitude* adiciona um código ou sub-código alfanumérico ou simbólico suplementar a um dado codificado ou categoria existente para indicar sua intensidade, frequência, direção, presença ou conteúdo avaliativo. O código *magnitude* pode ser um indicador qualitativo, quantitativo e/ou nominal para aprimorar a descrição (Saldaña, 2013). Ressalta-se que, no caso do código *emotion*, levando em consideração que a pesquisa trabalha com as questões de saúde mental dos estudantes, todas as palavras referentes ao tema ficaram concentradas neste código.

A seguir, no Quadro 1, estão representados os códigos, as frequências e os exemplos encontrados nos projetos de permanência, todos realizados pelos(as) profissionais do curso de capacitação como forma de avaliação final.

Quadro 1: Projetos de permanência

Código	Frequência	Exemplo
<i>Process Coding</i>	222	Poder; promover; desenvolver; ser; ter; estar
<i>Emotion Coding</i>	40	Saúde mental; pandemia; depressão; vida
<i>Magnitude Coding</i>	110	Além; muitos; um/uma; principalmente
<i>Description Coding</i>	545	Ações; atividades; demandas; discentes; estudantes; espaço; projeto

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

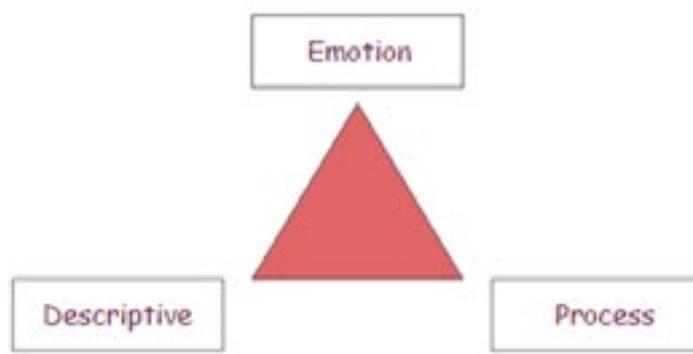
Após o término do primeiro ciclo, foi realizada uma reunião para comparação dos resultados encontrados, que foram muito semelhantes, iniciando o segundo ciclo de análise. O objetivo principal durante a codificação do segundo ciclo foi desenvolver um senso de organização categórica, temática, conceitual e/ou teórica a partir da matriz elaborada no primeiro ciclo. Neste momento pode ser necessário ajustar categorias para desenvolver uma metassíntese coerente de dados (Saldaña, 2013). As divergências encontradas neste primeiro movimento referem-se ao que pertencia ao código *emotion* e ao código *descriptive*, o que foi resolvido de comum acordo com as pesquisadoras. Foram agrupadas as palavras semelhantes e contadas as frequências. Nos estudos tradicionais de análise de conteúdo, contar o número de vezes que um determinado conjunto de códigos ocorre é uma medida importante para avaliar a frequência de itens ou fenômenos, contudo, esta contagem não é necessariamente um indicador de significância. Além de contar, é importante ponderar, examinar, interrogar, experimentar, sentir, sim-

patizar, especular, avaliar, organizar, padronizar, categorizar, conectar, integrar, sintetizar, refletir, hipotetizar, afirmar, conceituar, abstrair e teorizar (Saldaña, 2013).

Neste segundo ciclo, é necessário estabelecer quais as codificações serão realizadas, dependendo do estudo, havendo quatro possibilidades: *axial*, *focused*, *theoretical*, *elaborative*; tendo em vista os dados do primeiro ciclo e a proposta do estudo, optamos pelas codificações *focused* e *axial*. A codificação *focused* categoriza os dados codificados com base na similaridade temática ou conceitual, e a codificação *axial* descreve as propriedades e as dimensões de uma categoria e explora como as categorias e subcategorias se relacionam entre si (Saldaña, 2013).

Após estes processos, estabelecemos quais foram os códigos mais significativos e excluímos o código *magnitude*, pois não foi relevante para a compreensão da análise dos projetos. Ao final dos dois ciclos, estabelecemos a categoria principal dos códigos, representada graficamente a seguir (Figura 1):

Figura 1: Permanência dos estudantes



Fonte: Elaborada pelas autoras (2023).

A partir da análise de cada um dos códigos e sua representação gráfica, alinhados ao todo dos projetos, foram criadas as teorias com sua categoria principal e categorias secundárias. Apesar de o código *emotion* ser menor em quantidade de incidências, ao analisar os projetos de permanência dos estudantes, percebeu-se

uma ênfase neste código pelo material trazido, corroborando as ideias de Saldaña (2013) sobre o olhar do pesquisador ser mais importante do que a quantidade encontrada em cada código e que este não é necessariamente um indicador de significância. Em relação aos projetos de permanência dos estudantes, temos como categoria

principal "Ações de promoção em saúde mental", e como categorias secundárias: "Dificuldades no gerenciamento da vida acadêmica" e "Atividades coletivas em saúde mental para a comunidade acadêmica". Essas categorias serão exemplificadas e debatidas a seguir.

A descrição dos resultados está organizada pelas temáticas e categorias encontradas na análise de dados, trazendo as referências pesquisadas e os exemplos dos planos de ação, tecendo, assim, a compreensão do fenômeno estudado. Os planos de ação foram numerados (P1 até P12) e, quando foi citada a universidade específica do grupo, optamos por colocar "Universidade X" nos exemplos trazidos no estudo para garantir o sigilo dos participantes.

4 PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Nesta temática, foram apresentados doze planos de ação, todos com propostas de ações com caráter preventivo, coletivo, multiprofissional e voltadas à promoção e à prevenção da saúde mental, visando à permanência dos estudantes universitários. É importante destacar a preocupação das equipes em oferecer serviços mais amplos e com técnicas variadas para a adesão dos estudantes, promovendo a permanência deles na universidade.

4.1 Ações de promoção em saúde mental

Nesta categoria principal, temos seis planos que propõem oficinas e/ou rodas de conversa com as temáticas de saúde mental, dois que trabalham com os moradores das residências universitárias, um com intervenção em sala de aula a partir da demanda dos professores, um com as questões da população negra no contexto universitário, um que trabalha com gestão do tempo acadêmico e um sobre adaptação ao contexto universitário; todas estas temáticas foram desenvolvidas durante o curso ofertado aos profissionais. Destacamos essa configuração dos planos (preventivos e coletivos) pois, em algumas universidades, a assistência estudantil

propõe mais atividades individuais e remediativas. Esta mudança de paradigma de atuação está em consonância com as políticas públicas de saúde e a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), e visa elaborar estratégias de enfrentamento dos problemas e das dificuldades da vida acadêmica. A atuação não pode ser voltada apenas para situações de emergência, sendo necessário prever e planejar previamente a partir de mapeamentos dos possíveis pontos de vulnerabilidade e agravos. Destarte, o uso de estratégias coletivas que envolvem diferentes atores do contexto universitário (professores, coordenadores, diretores, servidores e estudantes) torna-se cada vez mais recorrente, sem precisar abandonar ações individuais e pontuais necessárias (Bisnoto; Marinho; Almeida, 2011).

O código mais importante nesta categoria foi o *emotion*, que traz com maior frequência os conceitos de saúde mental, atendimentos aos estudantes, rede de apoio psicossocial, sintomas psíquicos (ansiedade, depressão, automutilação, entre outros), promoção da saúde mental e prevenção da saúde mental. Existe uma preocupação crescente com as questões de saúde mental dos estudantes que interferem no desempenho acadêmico e, muitas vezes, geram a retenção ou evasão dos cursos de graduação. As pesquisas sobre saúde mental dos universitários vêm crescendo, tanto em nível mundial (Acha, 2018; Li *et al.*, 2020; Penha; Oliveira; Mendes, 2020) quanto nacional (Gomes *et al.*, 2020; Leão *et al.*, 2018), com um aumento nas demandas durante a Pandemia de covid-19 (Gundim *et al.*, 2021; Santos *et al.*, 2021). Essa população atendida no setor de assistência estudantil é considerada vulnerável, por aspectos tanto socioeconômicos quanto emocionais, causados por eventuais problemas de saúde física, choque cultural e distanciamento de sua rede de apoio psicossocial (família e amigos), no caso de mudança de cidade para fazer o curso (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018). Assim, as ações de planejamento – as preventivas e as remediativas – relativas às questões de saúde mental, são fundamentais no contexto universitário (Gomes *et al.*, 2020; Leão

et al., 2018; Penha; Oliveira; Mendes, 2020). Em pesquisa recente com psicólogos(as) que atuam na assistência estudantil, foram descritos como desafios relevantes para a prática profissional no atendimento aos universitários: os altos índices de sofrimento psíquico relatados pelos universitários; os conflitos existentes no processo de ensino-aprendizagem; os problemas financeiros, familiares e afetivos dos estudantes; as dificuldades com a vida acadêmica dos estudantes trabalhadores; os preconceitos de gênero, cor/raça, classe social e deficiência no contexto acadêmico (Almeida; Oliveira; Seixas, 2021).

4.2 Dificuldades no gerenciamento da vida acadêmica

Nesta categoria, incluímos quatro planos de ação, sendo dois sobre residências universitárias, um sobre gestão de tempo acadêmico e um sobre adaptação ao contexto universitário.

A categoria está vinculada ao código *descriptive*, que se refere com mais frequência aos seguintes substantivos: estudantes, espaço, projeto, processo, estratégias, grupo. Os planos de ação se propõem a trabalhar algumas ações fundamentais para superar as dificuldades da vida acadêmica ao longo do percurso de formação.

Os dois projetos que tratam da residência universitária referem como objetivo geral: **P1** – “Desenvolver um espaço para que os residentes possam expressar e compartilhar seus sentimentos com o objetivo de identificar questões referentes à saúde mental para tratamento e prevenção”; **P2** – “Favorecer o desenvolvimento de ações de caráter psicossocial e pedagógico que contribuam com o fortalecimento da (con) vivência saudável entre os residentes”.

A questão da residência universitária oferece um contexto muito específico dentro da vida acadêmica, pois a oferta institucional de moradias estudantis visa, especialmente, acolher estudantes vulneráveis do ponto de vista socioeconômico e oriundos de cidades distintas das universidades em que estudam (Garrido, 2015). Morar em uma residência universitária carrega impactos predominantemente positivos, mas

aspectos negativos do mesmo modo ocorrem; muitas universidades veem a residência apenas como um espaço físico, sem considerar o enriquecimento que pode ocorrer na trajetória acadêmica do estudante nesta experiência. O investimento em ações específicas para esta população, garantindo espaços de cooperação para interações sociais e acadêmicas enriquecedoras, iriam beneficiar e colaborar para a permanência estudantil e o desempenho acadêmico dos universitários (Garrido, 2015).

Os planos de ação que trazem a gestão do tempo acadêmico e a adaptação ao contexto universitário dizem respeito ao início da vida acadêmica e suas dificuldades. Um dos grupos coloca como justificativa do plano de ação:

P3 – O ingresso na universidade traz consigo um mundo novo de oportunidades, mas também de responsabilidades. Nesse contexto, nem todos os estudantes têm ou conseguem fazer uma rápida adaptação tanto no que tange às relações interpessoais... quanto nas novas atividades que irá desempenhar.

O outro grupo menciona, como objetivo geral:

P4 – “Minimizar a evasão de calouros da Universidade X”.

As dificuldades da vida acadêmica, principalmente no primeiro ano da graduação, são apontadas como críticas e uma das razões da evasão no ensino superior (Carmo; Coutinho, 2022; Tinto, 2017). São várias as situações de adaptação que normalmente o jovem adulto tem que enfrentar: a transição do ensino médio para o ensino superior, um novo contexto social com regras diferenciadas, realidade acadêmica do curso escolhido, ajustes financeiros, entre outros. Dessa forma, o primeiro ano é assinalado pelo ajustamento acadêmico e desenvolvimento das primeiras noções sobre sua escolha profissional que, ocasionalmente, foi feita sob pressão ou insegurança (Carmo; Coutinho, 2022).

Os quatro projetos demonstram a importância das ações coletivas e preventivas diante das dificuldades do gerenciamento da vida acadêmica, principalmente no primeiro ano de graduação.

No caso das residências universitárias, existe um período de adaptação mais crítico no primeiro ano, mas como a rotatividade é grande entre um ano e outro, sempre existem demandas de relações interpessoais e de temáticas preventivas em relação à saúde mental.

4.3 Atividades coletivas em saúde mental para a comunidade acadêmica

Nesta categoria, temos oito planos de ação, sendo que as ações se dividem em seis com propostas de oficinas e/ou rodas de conversa sobre saúde mental, uma de intervenção nas salas de aula a partir de demandas dos professores e uma sobre as questões raciais da população negra na universidade.

A categoria está vinculada ao código *process*, que se refere com mais frequência aos seguintes verbos: ser, desenvolver, construir, contribuir, ampliar, promover, vivenciar, realizar. Os planos de ação citados nesta categoria são ações consideradas clássicas em prevenção em saúde mental, porém, os grupos trazem propostas inovadoras que dão um caráter mais coletivo, trazendo toda a comunidade acadêmica para participar ativamente das atividades e refletir sobre essa problemática tão presente no contexto universitário.

Os seis planos que propõem oficinas e rodas de conversa têm como objetivo comum trazer questões de saúde mental para discutir e refletir na comunidade acadêmica. É importante destacar que a maioria dos planos, apesar de o tema ser saúde mental, envolveu a equipe multiprofissional disponível em sua universidade; o único que não tem essa dinâmica propõe "oficinas terapêuticas" de saúde mental e coloca somente profissionais da Psicologia, entendendo como uma ação mais especializada da área num nível secundário de prevenção. Percebe-se igualmente uma inovação nas técnicas utilizadas, como é o caso de uma proposta de oficinas que trabalha com artes manuais/artesanato em conjunto com a roda de conversa; assim como outro plano que traz o título de "Valorização da vida" como temática principal. Como exemplo, referimos o objetivo

geral de um dos planos: **P7** – "Promover espaço de acolhimento, promoção e cuidado em saúde mental de universitários através da partilha de vivências dos estudantes e do cotidiano da vida acadêmica".

A elaboração e a execução das atividades com a equipe multiprofissional propiciam reflexões relevantes sobre o contexto geral da educação superior, possibilitando a construção social do processo educativo e superando as concepções tradicionais de adaptação, patologização e psicologização (Marinho-Araújo, 2016). Para além de incluir propostas inovadoras de intervenção, é necessário consolidar uma atuação profissional efetivamente comprometida com a valorização das potencialidades do estudante, com a promoção do desenvolvimento humano na sua diversidade, e com o compromisso de promover a igualdade e a oportunidade no contexto universitário (Bisinoto; Marinho; Almeida, 2011).

Em relação ao plano que traz a intervenção nas salas de aula a partir de demandas dos professores, este é entendido como um projeto muito inovador, trazendo diferentes atores (equipe, estudantes e professores) para a discussão sobre saúde mental. O objetivo geral da atividade consiste em: **P11** – "Diminuir a oferta de atendimento individual, ampliando o número de usuários a partir de intervenções coletivas, fomentando a participação dos vários atores da instituição no processo da promoção de saúde mental e no processo pedagógico, principalmente dos docentes".

Priorizar a interdependência existente entre os diferentes atores, levando em consideração suas concepções e práticas, é cada vez mais recorrente nas ações educativas em saúde mental, não em detrimento das ações individuais e pontuais, mas entendendo os processos como mais amplos e contextuais. Torna-se fundamental investir no desenvolvimento de ações contextualizadas, intencionais e competentes, construídas a partir de uma postura crítica e reflexiva da realidade (Bisinoto; Marinho; Almeida, 2011). O plano traz esses elementos essenciais para a ação; porém, temos ressalvas em relação a somente o

professor ter a iniciativa de procurar a atividade (poderiam ser os estudantes) e precisar disponibilizar uma aula para a execução, pois sabemos que os calendários universitários, muitas vezes, não dão este espaço para outras atividades além das acadêmicas.

Como último plano, temos a questão da negritude na universidade, proposta por um grupo de profissionais de três universidades distintas. A proposta é extremamente inovadora e pertinente, trazendo uma interface entre saúde mental e negritude no contexto universitário. O grupo cita como justificativa:

P12 – A herança colonial brasileira, para além dos impactos diretos nos aspectos socioeconômicos que atingem essa população, tem seus desdobramentos na saúde mental dos mesmos. Ao adentrarem um espaço que lhes foi usurpado, como é o ambiente acadêmico, essa população se vê diante de questões e desafios muito particulares e que merecem a devida atenção por parte das universidades.

Atualmente as universidades têm aberto espaço para pautas políticas, acadêmicas e científicas de determinados grupos que ingressaram no contexto acadêmico, como é o caso da população negra; porém, existe dúvida se efetivamente os saberes, os conhecimentos e a cultura desta população são reconhecidos pela comunidade acadêmica (Soares; Silva, 2021). A violência que atinge a população negra continua impactando seus membros de forma coletiva, inclusive no âmbito da saúde mental. As universidades têm papel essencial na elaboração de políticas públicas, que questionem e modifiquem a realidade de opressões vividas por segmentos da população, como negros, mulheres e LGBTQI+ (Soares; Silva, 2021). Este plano nos impacta positivamente e mostra como, apesar da Lei de Cotas e das políticas de permanência que contemplam esta população, ainda é necessária a ampliação de ações específicas, como as de saúde mental.

Os seis planos aqui apresentados demonstram uma legítima preocupação em trazer para toda a

comunidade acadêmica as reflexões sobre saúde mental. O envolvimento de atores tanto internos (outros[as] profissionais que atuam na assistência estudantil, além dos[as] psicólogos[as]) quanto externos (professores[as], diretores[as], outros dispositivos de saúde mental do município) amplia o olhar e as possibilidades de intervenção nessas questões. Os planos demonstram um potencial das equipes de oportunizar espaços diferenciados, com novas técnicas, que possam trazer os estudantes para a participação nessas discussões tão fundamentais na vida acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil é um setor fundamental para a permanência do estudante na universidade, acompanhando sua trajetória acadêmica desde a matrícula até a formatura, perpassando por várias políticas públicas e institucionais, inclusive as que dizem respeito à saúde mental. Ao propor o curso "Intervenção em saúde mental" e o trabalho final de um plano de ação para colocar em prática algum conteúdo trabalhado e não terminar esta intervenção apenas no conhecimento adquirido, não tínhamos ideia da riqueza e da diversidade dos projetos que seriam enviados. Todos os planos demonstram o compromisso e a preocupação com a temática da saúde mental, com o envolvimento da maior parte da comunidade acadêmica possível em cada atividade e da própria equipe de assistência estudantil, desconstruindo o mito de que somente as(os) psicólogas(as) e psiquiatras da universidade podem trabalhar com essas questões. Este é um pequeno recorte das possibilidades de enfrentamento da temática da saúde mental nas universidades, principalmente ressaltando a viabilidade de intervir coletivamente e preventivamente nesta área.

Como limitação deste estudo, trazemos o número reduzido de vagas possíveis para a realização do curso (100 vagas), tendo em vista termos atualmente 69 universidades federais no país, com no mínimo três profissionais na assistência estudantil em cada universidade. Igualmente lamentamos não poder explorar toda a riqueza

de detalhes de cada plano de ação neste artigo, em função tanto da restrição de espaço na publicação quanto da diversidade de técnicas e estratégias referidas nos planos.

A assistência estudantil tem que ser valorizada no seu papel imprescindível de estímulo e apoio à permanência estudantil. Ressaltamos, por fim, que este artigo pode trazer reflexões e propostas para outras equipes de outros espaços educativos e outros níveis educacionais que trabalham com a dimensão da saúde mental.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Alexandre Anselmo Guilherme pelas orientações em relação ao método de análise de dados e pela revisão acurada realizada nas primeiras versões deste artigo. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo estímulo e investimento na produção de pesquisa em áreas de inovação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro da Silva; SOARES, Ana Paula. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. *In*: MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge (org.). **Estudante universitário**: características e experiências de formação. Taubaté: Cabral, 2004. p. 15-40.

ALMEIDA, Mônica Rafaela de; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; SEIXAS, Pablo de Sousa. Formação acadêmica e prática profissional dos psicólogos que trabalham em universidades federais. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 41, e220014, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003220014>. Acesso em: 3 maio 2022.

AMERICAN COLLEGE HEALTH ASSOCIATION (ACHA). **Spring 2018**: reference group executive summary. Silver Spring: ACHA, 2018. Disponível em: www.acha.org/documents/ncha/NCHA-II_Spring_2018_Reference_Group_Executive_Summary.pdf. Acesso em: 3 maio 2022.

BISINOTO, Cynthia; MARINHO, Claisy; ALMEIDA, Leandro. A atuação da psicologia escolar na educação superior: algumas reflexões. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, v. 45, n. 1, p. 39-55, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.14195/1647-8614_45-1_3. Acesso em: 3 maio 2022.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

[Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 3 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

CARMO, Gerson Tavares do; COUTINHO, Ciro Miranda Carvalho. Permanência na universidade: um estudo sobre autoeficácia no ensino superior. **Terceiro Milênio**: Revista Crítica de Sociologia e Política, Campos dos Goytacazes, v. 18, n. 1, p. 135-153, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/221/211>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COSTA, Simone Gomes. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2009.

COULON, Alan. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201710167954>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; TOTI, Michelle Cristine da Silva. Conquistas, possibilidades e desafios para os serviços e seus profissionais. *In*: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos *et al.* (org.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João, 2020. p. 473-498.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES (2018)**. Brasília: FONAPRACE, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

GARRIDO, Edleusa Nery. A experiência da moradia estudantil universitária: impactos sobre seus moradores. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 35, n. 3, p. 726-739, jul./set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001142014>. Acesso em: 1 jan. 2023.

GOMES, Carlos Fabiano Munir *et al.* Common mental disorders in university students: epidemiological approach about vulnerabilities. **SMAD**: Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 1-8, jan./mar. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2023.

GUNDIM, Vivian Andrade *et al.* Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 35, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18471/rbe.v35.37293>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IMPERATORI, Thais Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Acesso em: 3 maio 2022.

LEÃO, Andrea Mendes *et al.* Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade entre estudantes universitários da área da saúde de um grande centro urbano do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 55-65, out./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v42n4RB20180092>. Acesso em: 23 maio 2023.

LI, Tingting *et al.* Sofrimento psicológico e fatores de risco associados em universitários. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 414-418, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9282.66.4.414>. Acesso em: 23 maio 2023.

MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. Inovações em psicologia escolar: o contexto da educação superior. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 2, p. 199-211, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200003>. Acesso em: 3 maio 2022.

PENHA, Joaquim Rangel Lucio; OLIVEIRA, Cleide Correia; MENDES, Ana Virginia Silva. Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa. **Journal Health NPEPS**, Tangará da Serra, v. 5, n. 1, p. 369-395, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3549>. Acesso em: 10 maio 2022.

PRADO, Ruth. Permanência na educação superior: contribuições teóricas e práticas. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 28, e43674, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc28202243674>. Acesso em: 10 jan. 2023.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. Avaliando o programa nacional de assistência estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 23, n. 2, p. 405-423, mar. 2018. Disponível em: Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000200008>. Acesso em: 3 maio 2022.

SALDAÑA, Johnny. **The coding manual for qualitative researchers**. Thousand Oaks: Sage, 2013.

SANTOS, Eduardo Henrique Moraes *et al.* A assistência estudantil e a COVID-19: o contexto das universidades federais paulistas. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 106-134, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rssp.202121>. Acesso em: 3 maio 2022.

SANTOS, Eduardo Henrique Moraes. **As configurações da assistência estudantil no Brasil**: o cenário do PNAES. 2020. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60792>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVEIRA, Miriam Moreira da. **A assistência estudantil no ensino superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: https://pos.ucpel.edu.br/pp-gps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM_SILVEIRA_A-Assist%C3%Aancia-Estudantil-no-Ensino-Superior-%E2%80%93-uma-a-n%C3%A1lise-sobre-as-pol%C3%ADticas-de-perman%C3%Aancia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

SOARES, Maria Raimunda Penha; SILVA, Rebeca Ribeiro. Educação antirracista nas universidades públicas: novos sujeitos, velhas estruturas e demandas além das cotas. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, p. 179-200, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552266675007/html/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

TINTO, Vincent. Dropout in higher education: a review and theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1170024>. Acesso em: 10 jan. 2023.

TINTO, Vincent. Reflections on student persistence. **Student Success**, Brisbane, v. 8, n. 2, p.1-8, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5204/ssj.v8i2.376>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CYNTHIA CASTIEL MENDA

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Educação pela PUCRS. Psicóloga escolar da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

JADE CALAGE MELO

Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista do Programa de Bolsas para Pesquisador Associado (BPA), vinculada ao grupo de pesquisa Cognição, Emoção e Comportamento (CEC).

LARISSA TAÍS SEIBT

Mestranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Psicóloga clínica pela Terapia Cognitivo Comportamental e Psicologia Sistêmica.

CHRISTIAN HAAG KRISTENSEN

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trauma e Estresse (NEPTE) e do grupo de pesquisa Cognição, Emoção e Comportamento (CEC) da PU-CRS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Endereço para correspondência

CYNTHIA CASTIEL MENDA

Rua Olavo Bilac, 793/14
Azenha, 90040-310
Porto Alegre/RS, Brasil

JADE CALAGE MELO

LARISSA TAÍS SEIBT

CHRISTIAN HAAG KRISTENSEN

Av. Ipiranga, 6681
Prédio 11, sala 910
Partenon, 90619-900
Porto Alegre/RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.